

SALÁRIO MÍNIMO

Entidades organizam 'vigília nacional' por aumento

Reunião amanhã entre o deputado Paulo Paim e entidades sindicais vai definir onde serão instalados painéis para transmitir imagens da votação da MP

BOSACOSTA

BRASÍLIA - Entidades sindicais de todo o País formalizam amanhã os principais pontos do movimento para levar às ruas o debate para elevar a R\$ 177 o valor do salário mínimo, igualando-o, hoje, a US\$ 100. O ponto alto do movimento será a transmissão ao vivo, em pontos de alta concentração de pessoas, da votação da medida provisória que fixa o mínimo em R\$ 151, marcada para a quarta-feira da semana que vem. De acordo com o deputado Paulo Paim (PT-RS), a ideia é de ocupar o período que antecede à votação da MP com debates públicos que possibilitem à população conhecer a posição de parlamentares e partidos que vão votar a proposta. Para Paim, essa "vigília nacional" vai proporcionar a cada um dos aposentados e dos trabalhadores do País a chance de acompa-

lhado a quase totalidade dos integrantes do PSDB, embora muitos deles reconheçam que essa posição poderá prejudicar o partido nas eleições municipais de outubro. "Pior que isso seria o governo não perder o controle da economia", defendeu um parlamentar. "E é para que isso não ocorra que nos vamos votar de forma sensata."

lhado a quase totalidade dos integrantes do PSDB, embora muitos deles reconheçam que essa posição poderá prejudicar o partido nas eleições municipais de outubro. "Pior que isso seria o governo não perder o controle da economia", defendeu um parlamentar. "E é para que isso não ocorra que nos vamos votar de forma sensata."

**INTERNET
TAMBÉM SERÁ
UTILIZADA NO
MOVIMENTO**

lhado a quase totalidade dos integrantes do PSDB, embora muitos deles reconheçam que essa posição poderá prejudicar o partido nas eleições municipais de outubro. "Pior que isso seria o governo não perder o controle da economia", defendeu um parlamentar. "E é para que isso não ocorra que nos vamos votar de forma sensata."

Dívida - Fora do debate sobre o mínimo, a semana no Congresso será tranquila. A agitação maior deve ocorrer na Comissão de Assuntos Econômico (CAE) do Senado, que tem apenas esta semana para decidir sobre a rolagem da dívida de R\$ 10,5 bilhões da Prefeitura de São Paulo e das prefeituras de Osasco, Campinas, Guarulhos e Rio Claro. O presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), espera reunir amanhã os representantes desses quatro municípios com um representante do Banco Central que dará o encaminhamento a dívida mobiliária pendente. Já com relação a São Paulo, Suassuna disse que colocará em votação, também amanhã, o parecer do relator Romero Jucá (PSDB-RR) favorável a rolagem de toda a dívida em 30 anos. Como haverá pedido de vistas, ele previu que a votação só deve ocorrer na terça-feira da semana que vem.

lhado a quase totalidade dos integrantes do PSDB, embora muitos deles reconheçam que essa posição poderá prejudicar o partido nas eleições municipais de outubro. "Pior que isso seria o governo não perder o controle da economia", defendeu um parlamentar. "E é para que isso não ocorra que nos vamos votar de forma sensata."

REGIONALIZAÇÃO

Proporção da população afetada pelo mínimo*(em %)

| Estado | Ocupados | Funcionários Públicos |
|---------------------|----------|-----------------------|
| Acre | 20,2 | 15,5 |
| Aloaços | 15,1 | 21,0 |
| Amapá | 10,5 | 8,1 |
| Amazonas | 15,8 | 13,6 |
| Bahia | 15,2 | 24 |
| Ceará | 13,6 | 19,7 |
| Distrito Federal | 11,4 | 5,7 |
| Espírito Santo | 15,7 | 14,8 |
| Goias | 23,2 | 26,6 |
| Maranhão | 8,5 | 25,4 |
| Mato Grosso | 18,3 | 13,4 |
| Mato Grosso do Sul | 16,8 | 13,3 |
| Minas Gerais | 20,5 | 17,6 |
| Pará | 18,2 | 28 |
| Paraíba | 11,6 | 21,6 |
| Paraná | 11,9 | 14,9 |
| Pernambuco | 14,5 | 18,8 |
| Piauí | 11,4 | 25 |
| Rio de Janeiro | 15,9 | 10,8 |
| Rio Grande do Norte | 17,5 | 26,5 |
| Rio Grande do Sul | 14,5 | 11,7 |
| Rondônia | 16,6 | 14 |
| Roraima | 9,2 | 5,9 |
| Santa Catarina | 8,2 | 9,8 |
| São Paulo | 7 | 6,5 |
| Sergipe | 14,7 | 23,2 |
| Tocantins | 18,3 | 23,3 |

*Proporção de indivíduos recebendo atualmente 1, 1,5, 2 e 3 salários mínimos

Proporção de funcionários públicos afetados pelo salário mínimo no Brasil* (em %)

| | | |
|----------|-----------|------------|
| Federais | Estaduais | Municipais |
| 2,8 | 5,8 | 21,4 |

Fonte: Microcensos PNAD 98/IBGE/Elaborado CPS/FGV

Estudo prevê menos pobreza e desemprego com regionalização

Adoção de pisos estaduais poderia minimizar desvantagens que reajuste pode trazer

MURILO FIUZA DE MELO

RIO - Estudo do Centro de Políticas Sociais (CPS), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio, mostra que a regionalização do salário mínimo, ainda em discussão no Congresso, poderia, se aprovada, ampliar o número de brasileiros acima da linha da pobreza e evitar a elevação do desemprego e da informalidade - dois problemas fundamentais do mercado brasileiro atual.

"A regionalização desvincula o mínimo da esfera fiscal, que o mantém hoje achatado e, ao mesmo tempo, coloca a discussão em seu devido lugar, no mercado de trabalho", explica o economista Marcelo Neri, chefe do CPS. Sob a orientação do economista, o CPS desenvolveu o Sistema de Monitoramento dos Pisos Regionais, que poderá orientar governadores e prefeitos numa possível adoção dos pisos estaduais em futuro próximo.

"A nossa intenção é trazer informações aos governantes para que possam reajustar o mínimo de acordo com as suas condições fiscais", afirma. O economista ressalta, porém, que cautela e fundamental. "O melhor e aumentar o mínimo gradualmente, para não ter

dor de cabeça com o caixa depois." Neri defende a tese de que o problema do mínimo atualmente e o seu caráter nacional. Justamente por causa da padronização, um aumento do piso, segundo ele, traz mais efeitos negativos que positivos. "A ideia de que o reajuste do mínimo de R\$ 136 para R\$ 900 seria o ideal, infelizmente, esconde alguns problemas", afirma Neri, que classifica de "mínimo de papel" a tese do aumento puro e simples.

Segundo o economista, um reajuste elevado como o de R\$ 900 só incentivaria o desemprego, a informalidade e a inflação, além de afetar diretamente o déficit público - e o que ele chama de "feito-origem". "Ou as empresas optariam pela demissão ou fariam a margem da lei", acredita. Para sustentar sua tese, Neri mostra uma simulação, com aumento real de 10% no

**OBJETIVO
É
ORIENTAR
GOVERNANTES**

salário pagos a trabalhadores informais e da iniciativa privada.

De imediato, esse reajuste no piso significaria redução de 1,3% na pobreza. O impacto no setor público seria ainda maior, com a diminuição de 3% na pobreza da população. A desvantagem estaria nas contas públicas: o aumento de 10% elevaria o déficit público para R\$ 5,5 bilhões, além de subir a inflação em 1%.

Para o economista da FGV, a regionalização salarial poderia minimizar essas desvantagens. "Cada Estado tem produtividade, hábito de consumo e custo de vida diferentes, que o piso nacional desconsidera", explica.

"Com o mínimo regional, cada governador poderá dar o melhor aumento que lhe couber dentro de suas despesas", afirma. O economista cita o exemplo de São Paulo, onde a renda média é equivalente a 5,7 mínimos, contra 1,8, pagos no Piauí.

Histórico - O estudo do CPS da Fundação Getúlio Vargas faz um histórico do salário mínimo no Brasil, desde a sua criação pelo presidente Getúlio Vargas, nos anos 30, com o objetivo de reduzir a pobreza, até os dias atuais.

"Hoje, a política salarial no mundo é regional", diz o pesquisador, citando os exemplos da Holanda e dos Estados Unidos, onde há pisos locais. No caso do Japão e da França, além de salários regionais, há ainda os setoriais.

Reajustes tiveram mais efeito no setor informal

RIO - Os economistas do Centro de Políticas Sociais, da FGV, detectaram um efeito inusitado, provocado pela deterioração do salário mínimo ao longo dos últimos 20 anos, durante a elaboração do Sistema de Monitoramento dos Pisos Regionais. Na década de 80, a política do mínimo apresentava-se, em média, mais efetiva no setor formal da economia. Enquanto 6% dos empregados com carteira assinada recebiam reajustes idênticos ao mínimo, apenas 2,8% dos trabalhadores informais o tinham como referência.

A partir da década de 90, porém, essa situação inverteu-se. O segmento informal passou a seguir os reajustes de acordo com o mínimo, como um "feito-farol". Em 1995, cerca de 12% dos trabalhadores formais apresentavam variações idênti-

cas ao piso nacional, contra 22% dos empregados sem carteira. Para Marcelo Neri, diretor do CPS, a explicação desse fenômeno está na deterioração do mínimo e na escolha de empregadores e trabalhadores pela informalidade, para fugir dos encargos sociais impostos pelo governo.

O Sistema de Monitoramento dos Pisos Regionais traz ainda constatações como as que aconteceram em maio de 1995. Naquela época, com inflação em níveis baixos, o aumento do mínimo de R\$ 70 para R\$ 100 repercutiu na diminuição de 10%, em média, do índice de pobreza nas principais regiões metropolitanas do País. Somente no Rio e em Belo Horizonte, essa queda chegou a 16%. Os pesquisadores descobriram ainda que, nas datas de reajustes do mínimo após 1988, a probabilidade média de um empregado

com carteira passar à informalidade era de 8,8% e, no caso de perda do emprego, chegava a 6,3%. Esses percentuais caíam invariavelmente para 4% e 4,2%, respectivamente, nos demais meses do ano - o que mostra que os aumentos do mínimo têm influência negativa sobre os índices de emprego.

Neri ressalta, porém, que sua a defesa pela regionalização do mínimo não significa um retrocesso a situação que anterior a 1984. De Vargas até os governos militares navegava uma regionalização imposta, segundo Neri, "por cima". "O mínimo de cada Estado era estabelecido pelo governo federal, sem nenhuma consideração às realidades locais", afirma. "A partir da década de 70, passou a haver uma convergência de valores que resultou num mínimo nacional." (M.F.M.)